



## A POLÍTICA DE ARISTÓTELES E O SISTEMA TEÓRICO DE EDUCAÇÃO DA CIDADE

**Alessandro Barreta Garcia<sup>1</sup>**  
Universidade Nove de Julho  
Departamento de Educação

### Resumo

O objetivo deste artigo é contribuir para uma fundamentação do trabalho docente e do educador social, tendo como base o sistema educacional de Aristóteles. Como fonte primária o livro intitulado de “*Política*” proporcionou o entendimento educacional da cidade. Como resultado pode-se perceber que o sistema educacional de Aristóteles é uma organização ampla que se inicia significativamente a partir da família.

**Palavras-chave:** Aristóteles, Educação, História da Educação, Educação Ativa.

### ARISTOTLE'S POLITICS AND THE THEORETICAL SYSTEM OF CITY EDUCATION

#### Abstract

The aim of this paper is to contribute to a foundation of teachers and social educator's work, based on the educational system of Aristotle. As a primary source, the book entitled "*Politics*" provided the understanding of city education. As a result, it is possible to see that the educational system of Aristotle is a broad organization that begins significantly in the family.

**Key words:** Aristotle, Education, History of Education, Active Education.

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação pela Universidade Nove de Julho. Especialista em Saúde da Mulher no Climatério 2003-2004 e 2004-2005 pela Universidade de São Paulo. Possui Licenciatura e Bacharelado em Educação Física pela Universidade Nove de Julho. Atualmente é docente do Departamento de Educação da Universidade Nove de Julho, nas disciplinas de História e Introdução à Educação Física, Antropologia e Filosofia. [alessandrobarretagarcia@hotmail.com](mailto:alessandrobarretagarcia@hotmail.com)



## **A POLÍTICA DE ARISTÓTELES E O SISTEMA TEÓRICO DE EDUCAÇÃO DA CIDADE**

### **INTRODUÇÃO**

No pensamento crítico da Filosofia Clássica, entre os séculos V e IV a.C, Sócrates, Platão e Aristóteles distanciavam-se dos pensamentos constitutivos do cosmo, preocupando-se mais com a formação do homem e com a formação de suas virtudes. As filosofias críticas, nascentes no período clássico, apresentam-nos uma maior reflexão, propondo, a partir de cada filósofo, sugerir uma explicação diferente de Educação.

Lendo inicialmente alguns dos manuais de História da Educação (LUZURIAGA, 1983; MONROE, 1988; MARROU, 1990; PILETTI, C., PILETTI, N., 2004; ARANHA, 2006) e percebendo algumas lacunas (GARCIA, 2009), nota-se uma carência dos escritos do que denominaremos de sistema educacional de Aristóteles. Esta ausência cria certa inquietação, que nos persegue repetidas vezes. Como é considerado importante discutir os sistemas educacionais dos filósofos da antiguidade grega questiona-se essa ausência previamente constatada.

Entende-se por sistema, o conjunto de elementos entre os quais haja alguma relação ou a disposição das partes ou dos elementos de um todo, coordenados entre si, e que formam estrutura organizada (FERREIRA, 2008). Neste sentido, entendemos como sistema educacional de Aristóteles uma teoria que explica a disposição das partes ou elementos de um todo.

A hipótese é que Aristóteles apresenta, de forma teórica, um conjunto de elementos que, coordenados, expõem a organização da cidade, bem como uma organização educacional de cunho teórico. Explica essa formação por meio de povoados que se formam na constituição das famílias.

Ainda assim, Hourdakis (1998) indica que Aristóteles deve ser revisitado como um educador e não merece ser comparado ou desvalorizado em comparação a Platão e Sócrates. Conforme Hourdakis (1998) é nítida uma “supervalorização da contribuição desses dois homens para o âmbito educativo, em comparação com a contribuição de Aristóteles” (p.10).

Por conta deste problema, pergunta-se: podemos observar em Aristóteles um sistema educacional de cunho teórico? A fim de elucidar esse problema, tomamos a fonte primária de Aristóteles intitulada de *Política*, na expectativa de entender um Aristóteles “sistematizador da Educação”, e como ele elaborou um sistema teórico educacional importante para a história do pensamento pedagógico.

### **A POLÍTICA E O SISTEMA EDUCACIONAL DA CIDADE**

Ao comentar sobre o sistema educacional de Aristóteles, é importante ressaltar que, apesar de alguns autores considerarem a obra uma extensão similar de Platão, não se encontra evidência nesse posicionamento,



uma vez que essa possibilidade é descartada pela própria construção do saber, distinto entre os filósofos Platão e Aristóteles. Para Hourdakís (1998):

O ensino de Aristóteles afasta-se muito do idealismo místico de Platão. Atingir o fim supremo da vida não significa para ele, de modo algum, afastar-se da realidade. Pelo contrário, em virtude da imperfeição da natureza humana, a vida necessita de uma série de bens e entre estes se situa também a Educação, que cobrirá suas insuficiências e imperfeições. (HOURDAKIS, 1998, p. 147).

Nesse caso, o sistema educacional de Aristóteles é perfeitamente entendido de forma separada em relação ao sistema utópico de Platão. Aristóteles enxerga o processo de Educação a partir do real, e esse sistema educacional certamente está fundamentado na organização política da cidade. Para que essa organização ocorra é necessária a participação ativa e efetiva do cidadão, assim como nas sociedades de hoje.

É notável que para Aristóteles, o sistema educacional da cidade começa muito antes do próprio nascimento de uma criança, e o fim desta Educação será sempre a busca da felicidade (ARISTÓTELES, 1985).

Algumas qualidades são esperadas, tanto na organização da cidade, como para o cidadão que vive nela. É importante lembrar que a cidade é uma junção de pequenas famílias, que formarão um povoado e a junção de vários povoados formam, finalmente, a cidade. Esse é o início do sistema educacional de Aristóteles. Uma dessas qualidades da cidade, sem dúvida é a autossuficiência. Sendo para Aristóteles (1985), natural que a cidade se organize de forma a superar a barbárie, sabe-se, nesse sentido que o ser humano é um animal político, e somente ele é apto a essa tarefa. Dessa forma, o contrário de uma cidade é a vida do bárbaro, assim como os contrários, justo, injusto, bem ou mal, belo ou feio. Somente o ser humano é capaz de diferenciar esses contrários e seguir, assim, o caminho da virtude.

No entendimento de Aristóteles, o todo prevalece sobre as partes, assim como a cidade prevalece sobre as famílias e povoados. Aristóteles defende com a seguinte orientação, “quando todo o corpo é destruído pé e mão já não existem” (ARISTÓTELES, 1985, p. 15). O ser humano, nesse caso, necessita da cidade, é parte integrante dela, e se não for, suas funções se perderão.

O ser humano é subordinado à cidade, assim como a mulher e a criança são subordinados aos homens. Obviamente em função de uma sociedade patriarcal, tal organização social se constituía com naturalidade.

No caso da criança, sua realidade é descrita da seguinte forma:

A criança ainda não é completamente desenvolvida, e portanto suas qualidades obviamente não podem ser consideradas apenas em relação a ela mesma, e sim ao homem inteiramente desenvolvido, ou seja, à pessoa que tem autoridade sobre ela (ARISTÓTELES, 1985, p. 33–1260b).



Notadamente, nessa interpretação transparece muito bem a preocupação com as suas qualidades em potencial e certamente, que, considerando a criança em relação ao homem já bem formado, se distinguirá em formas diferenciadas de se tratar da Educação.

Ficando claro que as partes de um todo, estando-se certos que as famílias são constituídas de homens, mulheres e crianças e, naturalmente, a Educação das crianças devem ser direcionadas a partir da constituição formal do estado, portanto pública.

Conforme essa orientação, a Educação deve estar cercada de grande preocupação, pois dessa sairão os futuros governantes. Quando se afirma que a organização educacional da cidade começa muito antes do nascimento, isso se dá também com um controle da natalidade. Uma cidade muito populosa é sempre difícil de ser educada e governada.

Pode-se pensar em restringir a natalidade, e não a propriedade, de maneira a não ser permitido o nascimento de mais de umas tantas crianças; fixando o seu número, a atenção deve voltar-se para as probabilidades de algumas crianças nascidas vierem a morrer, e para os casos de casamentos estéreis. Negligenciar o assunto, como acontece em muitas cidades, resultará no aumento da pobreza entre os cidadãos, e a pobreza a revolta e o crime (ARISTÓTELES, 1985, p. 48).

Não será esta pobreza e crime que assolam nossas realidades ainda hoje? Portanto a organização da cidade deve visar à felicidade, e o excesso de moradores não é compatível para tal organização, a cidade precisa somente de sua autossuficiência. E a grande obra do legislador é educar seus cidadãos para tal fim. Eis aqui, a intencionalidade do estado. O ser humano deve ser, primeiramente, governado e, posteriormente, governante.

A cidade será muito bem governada, tendo os seguintes indivíduos; os responsáveis artífices da alimentação, das armas e do dinheiro. Os religiosos, sacerdotes que cuidam da espiritualidade dos cidadãos, e certamente os agricultores e juristas.

Outro fator importante para se entender o processo educacional, é entender o que é cidadania, o que é ser cidadão. Pergunta-se, nesse sentido, o que é ser cidadão para Aristóteles? Inicialmente ao se falar em domicílio, será então que o cidadão é aquele que reside em uma determinada cidade? A princípio não, pois estrangeiros e escravos são residentes da cidade e não são cidadãos.

O sistema jurídico também não garante o estatuto de cidadão, pois muitos não compartilham desse sistema jurídico e precisam de um cidadão para lhes representar. Ademais, Aristóteles esclarece o que é ser cidadão:



Na prática, porém, a cidadania é limitada ao filho de cidadãos pelo lado do pai e pelo da mãe, e não por um lado só, como no caso do filho apenas do pai cidadão ou apenas de mãe cidadã; outras pessoas fazem esta exigência retroagir ainda mais, à segunda ou à terceira geração precedente, ou até gerações mais recuadas. (ARISTÓTELES, 1985, p. 79).

Evidentemente, a noção de cidadão se diferencia de constituição para constituição, sendo assim, é a constituição que ordenará o funcionamento da cidade. Porém, o importante é a pergunta feita por Aristóteles, qual é a melhor forma de governo? Nesse caso, uma constituição mediana seria a melhor. Alguns itens nessa constituição são importantes como, liberdade, riqueza, Educação e nobreza.

Sabemos que, para Aristóteles (1985), esta constituição deve proporcionar ao cidadão que ele viva feliz, e em oposição aos Lacedemônios, o objetivo da cidade é a paz e não a guerra. Para Aristóteles (1985): "... a cidade não é apenas uma comunidade de seres vivos, mas seres identificados entre si, e seu objetivo é a melhor vida possível" (p. 237).

Enfim, a formação intelectual é de extrema importância, pois um treinamento essencialmente militar, só prepara a cidade com vistas à guerra, e no seu momento de paz, não se sabe o que fazer (ARISTÓTELES, 1985).

Obviamente que uma vida feliz é uma vida totalmente afastada dos trabalhos manuais, o lazer, em detrimento do negócio, certamente que esse é o caminho da virtude. O lazer, nesse caso, é indispensável para aqueles que buscam uma vida política e moral.

Aristóteles (1985) não é um determinista, muito pelo contrário, ele muitas vezes atribui a formação do homem ao acaso.

A esta altura deve estar claro, então, que todos os homens aspiram a uma vida melhor e à felicidade, mas embora alguns tenham condições de atingir esses objetivos, outros não as têm, por uma questão de má sorte ou de natureza (de fato, a vida melhor requer alguns recursos, embora estes sejam menos necessários a homens de melhor disposição natural e mais necessários aos de pior disposição); outros, apesar de terem condições, não tomam o caminho certo em busca da felicidade. (ARISTÓTELES, 1985, p. 249).

Aristóteles (1985) explica que algumas qualidades são próprias dos homens, outras devem ser trabalhadas pelo legislador. Ele destaca três possibilidades de se discutir as qualidades, uma é a natureza, outra é o hábito e uma terceira é a razão. A natureza é o nascimento do ser humano, o hábito são suas características com possibilidade de mudança, e apenas o ser humano possui sua razão, capaz de mudar a natureza e o hábito. Lembramos que as qualidades morais são movidas pela justiça, e seu fim é a felicidade.

Nesse caso, a tarefa do legislador é educar seus cidadãos, pois conforme Aristóteles (1985):



Já definimos as qualidades que os homens devem ter por natureza para serem mais facilmente guiados pelas mãos do legislador; o restante é obra da Educação, pois os homens aprendem algumas coisas pelo hábito e outras por ouvi-las dos mestres. (ARISTÓTELES, 1985, p. 250-251).

Preocupado com a Educação, Aristóteles (1985) aponta que o governante da cidade deve ter uma formação diferenciada. E certamente que o governante tem que em algum momento ser governado.

A formação não deve esquecer-se da defesa da cidade, pois parte da Educação servirá para esse fim, porém, o fim militar serve essencialmente para proteger a cidade e não deve ser um fim único. O militarismo da cidade serve em outras palavras para assegurar a felicidade da comunidade, e não mais do que isso.

O exemplo de Esparta é claro, quando em momento de paz não sabe como proceder, e nesse caso, o único culpado é o legislador que não proporcionou outras possibilidades para os cidadãos usufruírem seus momentos de paz. Para se usufruir da paz é necessário que o cidadão compartilhe coletivamente da coragem, moderação e tenacidade. E quando não se tem essas qualidades, facilmente o ser humano se torna escravo.

O exercício do hábito e da razão pode levar o cidadão ao equilíbrio, e proporcionar-lhe a moral. Somente um processo de Educação pode fazer do indivíduo um excelente político. Nessa ocasião é na criança após a gestação que se iniciará esse processo, e claramente observamos isso nas anotações de Aristóteles (1985) a respeito de um sistema educacional.

Isto é óbvio também porque a irascibilidade e a vontade, e igualmente os apetites, existem na criança desde o seu nascimento, mas o raciocínio e a inteligência só se manifestam nelas à proporção que elas crescem. Em primeiro lugar, portanto, é necessário que os exercícios do corpo precedam os do espírito, e em segundo lugar devem vir os exercícios relativos aos apetites (os dos apetites devem ter em vista a inteligência, e os do corpo devem ter em vista a alma). (ARISTÓTELES, 1985, p. 257).

Aristóteles (1985) fala claramente em um crescimento e desenvolvimento da criança, explica que essa criança por estar em formação, ainda não possui estatuto de autonomia e certamente como em nossos dias, ainda não pode responder por seus atos, bem como precisa de certos cuidados e orientações.

O cuidado com a Educação, como já foi dito, tem início no casamento, e o estado deve observar quando e como a união se dará. Essa observação nos demonstra tamanha preocupação com a formação das crianças, pois pais muito jovens não passam segurança na formação de seus



filhos, e pais muito idosos não aproveitam muito tempo e, dificilmente, esses pais poderão dar a seus filhos uma Educação de qualidade.

Aos sessenta anos termina a capacidade de se procriar para os homens, para as mulheres termina aos cinquenta anos. Observamos ainda as orientações abaixo:

É conveniente, portanto, que as mulheres se casem por volta dos dezoito anos de idade, e os homens aos trinta e sete ou pouco antes, pois assim haverá tempo bastante para que a união transcorra enquanto as duas partes estão com o corpo em pleno vigor e para que a cessação da capacidade procriadora ocorra numa época convenientemente coincidente. (ARISTÓTELES, 1985, p. 260).

Ainda assim, deverão as mulheres, a exemplo de Esparta, exercitarem-se, e cabe ao legislador adotar medidas para que o exercício leve se torne hábito das mulheres grávidas. Os recém-nascidos com defeito devem, a exemplo de Esparta, serem rejeitados, isso tudo conforme as leis que regem a cidade. Essa observação se dá por ocasião de uma falta de entendimento a respeito da deficiência, bem como do problema que isso causaria na defesa da cidade-estado, porém esse problema persiste até nossos dias.

Por outro lado, as crianças recém-nascidas merecem cuidados especiais, certamente que estamos nos referindo a uma pequena parcela de crianças que compartilhavam de tais cuidados. Nesse caso, a atividade física será de grande importância na Educação da criança. Além das atividades físicas, o leite também é fundamental na criação da prole. “Também é conveniente levá-los a fazer todos os movimentos compatíveis com a idade”. (ARISTÓTELES, 1985, p. 262). Dessa forma, indica-se que um cuidado com a criança deve ser conveniente com sua faixa etária, adequado a sua forma física. Ainda assim Aristóteles descreve que:

É aconselhável usar no período inicial da vida estes métodos de cuidar das crianças ou outros equivalentes; no período seguinte a estes, até os cinco anos, não é aconselhável encaminhá-las a qualquer espécie de estudo ou a afazeres compulsórios, porque isto lhes perturba o crescimento, mas elas devem ser levadas a movimentar-se o bastante para evitar a indolência corporal; pode-se chegar a este resultado de varias maneiras, principalmente por meio de jogos infantis. (ARISTÓTELES, 1985, p. 262).

Aristóteles (1985) certamente tinha a intenção de educar a Grécia, ele próprio se afastou de uma atitude de governante e se colocava como figura de educador. Segundo Carvalho (2006): “Quando Aristóteles, por exemplo, ensina um governante, ele não tenta ser o governante” (p. 49). Olavo de Carvalho explica por meio de uma dialética, que cada filósofo dentro da tríade Sócrates, Platão e Aristóteles teve suas funções bem distintas. “o filósofo



mártir, o filósofo líder e governante, e o filósofo como professor de sua comunidade, como orientador mas não como chefe” (p. 49).

A preocupação de Aristóteles (1985) com o sistema educacional da Grécia antiga é evidente em sua obra *Política*, e certamente não foi demonstrada de forma abrangente entre os autores. O crescimento e desenvolvimento são observados desde o início de vida das crianças, ou até muito antes, na organização familiar e, certamente, que se mostra ainda hoje, em um sistema educacional moderno com características do existente na antiguidade, pelo menos no âmbito teórico.

A supervisão dos exercícios também é muito importante, assim como o que se contar às crianças. Esta certamente, assim como os cuidados com as atividades físicas é, tanto quanto na antiguidade, importante em nossos dias.

Os chamados inspetores das crianças deveriam supervisionar se esse sistema educacional estava sendo aplicado nas devidas proporções e adequações. Quanto aos exercícios, esses deveriam ser imitações das ocupações futuras. Observamos as orientações abaixo:

Os inspetores de crianças supervisionarão os jogos infantis e outros passatempos, e cuidarão principalmente de que passem o mínimo possível de tempo entre os escravos, pois as crianças nesta idade, até os sete anos, devem ser obrigatoriamente criadas em casa; com efeito, é razoável supor que até esta idade elas possam assimilar um certo servilismo através do que ouvem e vêem. (ARISTÓTELES, 1985, p. 264).

É importante observar, que em toda a descrição de Aristóteles (1985) existe uma preocupação educacional e o filósofo menciona passo a passo uma orientação que se inicia na própria organização da cidade. Sendo importantes as ações da família e do estado, bem como da supervisão de ambos.

As conversas obscenas devem ser totalmente banidas dos ouvidos das crianças, e certamente que seria muito bom se déssemos ouvido às orientações de Aristóteles (1985) ainda hoje.

Aristóteles (1985) deixa muito claro essa preocupação, pois a formação da criança e do jovem merece uma atenção especial. Ainda assim, os mesmos cuidados devem ser direcionados às pinturas e aos espetáculos. Os jovens devem se afastar de espetáculos dionisíacos (de iambos).

Segundo Aristóteles:

Os mais jovens não devem ter permissão também para presenciar espetáculos de iambos e comédias, antes de atingirem a idade a partir da qual lhes é permitido reclinar-se em volta das mesas dos repastos coletivos e beber vinho puro, pois nesta fase sua Educação já os terá imunizado contra os efeitos perniciosos de tais espetáculos. (ARISTÓTELES, 1985, p. 264).





Essas são as primeiras impressões que para Aristóteles (1985), justificam tal atitude e certo cuidado é importante para que não se absorvam tais informações antes que se tenha constituído, nos jovens, um preparo para uma aproximação adequada.

A Educação dos jovens é fundamental para o estado, e a preocupação de Aristóteles deixa claro que o legislador deve se empenhar. Sendo importante ressaltar que a negligência desses fatores, só causará um grande mal às cidades.

Para Aristóteles (1985), a Educação deve ser um encargo público, nesse caso o educando pertence ao estado, sendo este o verdadeiro sentido de uma Educação pública. Não como no modelo espartano, mas como integrante no processo de formação da cidadania. Como ressaltamos no início, cada cidadão é parte da cidade, sendo esta cidade o todo. Defende a necessidade de uma legislação adequada à Educação que será essencialmente pública.

Algumas disciplinas são importantes para Aristóteles (1985); gramática, ginástica, música e desenho. Essas disciplinas devem ser entendidas pelo prazer e serem direcionadas ao lazer, pois esse é o verdadeiro fim da cidade feliz. Os homens ocupados com o negócio, não compartilham da verdadeira essência do lazer, não são felizes.

Ainda assim, Aristóteles (1985), menciona que algumas disciplinas são dedicadas aos negócios, como ler e escrever, e outras como a música, são inúteis aos negócios e úteis ao prazer. A ginástica é útil, como hoje em dia, à saúde e ao ganho de força. A música para as crianças certamente é importante, assim como a ginástica, pois não se pode direcionar a Educação a um só fim.

Os lacedemônios são um exemplo negativo, segundo Aristóteles:

Sabemos também que os próprios lacedemônios, apesar de durante todo o tempo em que perseveraram em seus penosos exercícios haverem sido superiores a todos os outros povos, agora são deixados para trás tanto nas competições atléticas quanto nos embates da guerra; eles não deviam sua superioridade à maneira de exercitar os jovens, e sim ao fato de atacarem, devidamente preparados, adversários que não se preparavam. (ARISTÓTELES, 1985, p. 272).

Entende-se dessa forma, que uma Educação direcionada para um só fim, além de não proporcionar legitimidade nesse único fim, ainda não prepara o cidadão para os momentos de paz como no exemplo da militarmente preparada Esparta. Segundo Aristóteles:

Aqueles que impõem às crianças a prática de exercícios penosos e as deixam ignorantes em relação as outras partes indispensáveis da Educação na realidade fazem das crianças meros trabalhadores braçais, porque pretendem torná-los úteis



á sociedade em uma única tarefa, e mesmo para esta as preparam pior que os outros, como demonstraram nossos argumentos. (ARISTÓTELES, 1985, p. 272).

É evidente, nesse sentido, que as partes da Educação, ou as disciplinas, compõem uma visão educacional geral e integral, assim como os cidadãos fazem parte da cidade, assim como os braços, mãos e pés fazem parte do corpo, a Educação integral deve ser vista no todo e não em sua fragmentação.

Não basta educar o cidadão em apenas uma disciplina, pois a Educação é composta de várias partes. Não se pode construir uma cidade sem suas partes constitutivas, homem, mulher e filhos, assim como a cidade só se formará com a união de várias famílias, que formarão povoados e de vários povoados se formarão a cidade.

Ademais, as cidades se constituirão de seus componentes: os responsáveis artífices da alimentação, das armas e do dinheiro. Os religiosos, sacerdotes que cuidam da espiritualidade dos cidadãos e, certamente, os agricultores e juristas.

Fica claro que a preocupação do todo é tarefa do legislador, uma Educação deve se preocupar também com os excessos como se lê:

Que se deve usar ginástica, e como se deve usá-la, são pontos pacíficos; até a puberdade convém prescrever às crianças exercícios leves, proibindo-lhes dietas e exercícios forçados, para que nada lhes prejudique o crescimento; há mesmo uma prova desprezível de que o treinamento rigoroso pode levar a tal resultado: na lista de vencedores dos jogos olímpicos encontram-se apenas duas ou três pessoas vitoriosas como homens e meninos, isto porque o treinamento desde a infância e os exercícios exagerados lhes tiram as forças. (ARISTÓTELES, 1985, p. 272).

Certamente que a partir dessas declarações de Aristóteles, tanto a preocupação de um crescimento saudável desde a infância até a puberdade como uma preocupação em conter os excessos de exercícios físicos são pontos a serem observados com atenção pelo legislador. E após a puberdade, aí sim, se deve dar atenção aos exercícios pesados.

Voltando ao contexto da música, será essa, uma disciplina importante ou um mero passatempo? Será a música, importante para o espírito? Para Aristóteles (1985), a música provoca certo efeito moral, pois se ela tem esse poder é certo que ela deve participar da Educação. A música é acima de tudo prazerosa e os jovens, certamente, mostram-se inclinados ao prazer.

De qualquer forma, a música, tanto quanto seus instrumentos, deve fazer parte da infância como brinquedos e passatempo e, assim, posteriormente, serem utilizados mais tarde no ensino propriamente dito. Sendo assim, utilizar os instrumentos musicais na juventude, seguramente



melhora a avaliação futura dos músicos destinados, especificamente, a esse fim.

Por fim, a profundidade de detalhes e sua proximidade com o contexto atual também chama atenção, nesse sentido, pergunta-se, por que a obra educacional de Aristóteles não foi destacada?

Hourdakis (1998) aponta uma possível explicação, pois tanto Platão como Xenofonte são valorizados por Marrou em detrimento da obra de Aristóteles. Por outro lado essa tradição da história como descreve Hourdakis (1998), parece ser uma possibilidade constante entre autores. Ademais, pretende-se, ao discutir os resultados desta pesquisa, apresentar algumas razões para que Aristóteles não faça parte integrante de comentários mais específicos a respeito de seu sistema educacional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao classificar idades, estabelecendo normas, leis de conduta e organização minuciosa da cidade-estado, as ideias prescritas por Aristóteles transcendem a antiguidade grega do século IV a.C. Assim foi possível observar uma direta relação entre o governante, o governado e a educação, portanto, um processo dialético e político.

Com um sistema orgânico desde a formação da cidade, Aristóteles nos apresenta um tipo de estrutura de ensino conservador e integral. Dessa forma, o governante deve pensar na cidade em desenvolvimento, pensar como ela deve se organizar, assim proporcionar uma educação completa.

Sendo essa educação cercada de grande preocupação, Aristóteles espera uma vida justa e feliz, com organização e autossuficiência, evitando-se o excesso de moradores o qual é incompatível para o equilíbrio do Estado.

## Referências

ARANHA, M. L. A. **História da educação e da pedagogia geral e do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006, 384p.

ARISTÓTELES. **Política**. Trad. De Mário da Gama Cury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985, 317p.

CARVALHO, O. **O projeto socrático**. Coleção história essencial da filosofia. São Paulo: É Realizações, 2006, 69p.

FERREIRA, A. B. H. **Miniaurélio: o dicionário da língua portuguesa**. 7 ed. Curitiba: Ed. Positivo, 2008, 895p.



---

GARCIA, A. B. Educação em Aristóteles: vida estrutura política e concepção educacional. **Cadernos de Pós-Graduação** – Uninove, v.13, p. 27-32, 2009.

HOURDAKIS, A. **Aristóteles e a Educação**. Tradução de Albertina Pereira Leite Piva. São Paulo: Loyola, 1998, 151p.

LUZURIAGA, L. **História da educação e da pedagogia**. Trad. Luiz Damasco Penna e J.B. Damasco Penna. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1983, 292p.

MARROU, H. **História da educação na antiguidade**. Tradução de Mário Leônidas Casa-Nova, 5ª reimp. São Paulo, EPU, 1990, 639p.

MONROE, P. **História da educação**. Tradução de Idel Becker, 19. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1988, 387p.

PILETTI, C. & PILETTI, N. **Filosofia e História da Educação**. 15. ed., São Paulo: Editora Ática, 2004, 264p.

Enviado em: 30/11/2010

Aceito em: 27/04/2011